

Ata da 3º (terceira) Reunião Ordinária da Câmara Municipal de São Gotardo realizada no dia 12 (doze) de Março de 2015 (dois mil e quinze) às 19h00min (dezenove) horas, na sede da Câmara, à Praça São Sebastião, nº. 45, nesta cidade, onde se reuniram sob a Presidência do vereador Valdivino Honorato de Oliveira, os senhores vereadores: Adriano Leonel de Andrade, Célio Martins dos Reis, Genésio Martins Neto, Gilberto de Oliveira Cândido, José Geraldo Vieira, José Luiz Messias Neto, Marcilon Laci Rodrigues, Maria Madalena Brasileiro Lopes Queiroz, Mauri Ignácio de Morais Silva, Odair Mussi, Onofre Roberto de Oliveira e Ricardo Nunes. Havendo número regimental, em nome de Deus, o senhor Presidente declarou aberta a Terceira Reunião Ordinária do ano de 2015. Em seguida foram executados os Hinos Nacional e à São Gotardo, atendendo ao disposto na Resolução nº 254/2014. O senhor Presidente solicitou à 1° Secretária Maria Madalena B. Lopes Queiroz que procedesse a leitura da ata da 1ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 02 de março de 2015. Vereador Marcilon solicitou a dispensa de sua leitura, disse que a pauta era extensa e que o horário já estava avançado. O pedido foi colocado em apreciação e posterior votação, sendo aprovado por 12 (votos), nos termos do art. 35 do Regimento Interno (Resolução 94/92). Passou-se à leitura das correspondências, a saber: Ministério da Educação-liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Competência 02/2015- no valor de R\$ 149.287,44 (cento e quarenta e nove mil duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos). Câmara dos Deputados sobre Recursos do Orçamento Geral da União pagos ao Município de São Gotardo no período de janeiro a dezembro de 2014, totalizando R\$ 8.148.591,84 (oito milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos); sendo: Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 520.545,99 (quinhentos e vinte mil quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos). Fundo Municipal de Saúde: R\$ 4.620.970,99 (quatro milhões, seiscentos e vinte mil, novecentos e setenta reais e noventa e nove centavos). Município de São Gotardo: R\$ 3.007.074,86 (três milhões, sete mil, setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Câmara dos Deputados sobre Recursos do



Orçamento Geral da União <u>empenhados</u> ao Município de São Gotardo no período de janeiro a dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.233.022,61 (hum milhão, duzentos e trinta e três mil, vinte e dois reais e sessenta e um centavos). Movimento Brasil contra a Corrupção, "Vêm pra Rua São Gotardo", convida aos vereadores para manifestação pacífica a ocorrer no dia 15/03/2015 a partir das 16h00min, cujo término será em frente à Câmara Municipal de São Gotardo. Solicita ainda que seja hasteada a Bandeira do Brasil na Casa do Povo, local onde será executado o Hino Nacional. Na sequência passou-se à APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº DE 12 DE MARÇO DE 2015 que "Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos dos servidores do Legislativo Municipal." Passou-se a APRECIAÇÃO DE PROJETOS DE LEIS, iniciando pela leitura do parecer conjunto das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Fiscalização Financeira e Orçamentária a respeito do **PROJETO DE LEI Nº 51** DE 03 DE SETEMBRO DE 2015 que "Dá nova redação ao art. 3º da Lei Municipal nº 1.937, de 10 de Agosto de 2012 e dá outras providências"e que opina por sua aprovação e apresenta emendas. Na ordem foi lido o parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais, também opinando pela aprovação do projeto em estudo, diante outra emenda apresentada. Após foi lida a subemenda apresentada pelo vereador Genésio Martins Neto. O senhor Presidente colocou os pareceres em discussão. Vereador José Luiz, solicitou leitura da emenda que dita sobre o número de habitantes necessários à cada concessão. Vereador Genésio solicitou o uso da palavra para explicar que uma subemenda de sua autoria sugere a diminuição quanto ao número de habitantes, proposta por outra emenda no caput do art. 3º da Lei 1.937, de 10 de agosto de 2012, passando de 3.900 (três mil e novecentos) habitantes para 3.500 (três mil e quinhentos) habitantes. A 1º Secretária, vereadora Madalena, leu novamente o trecho solicitado pelo vereador José Luiz. Em votação, os pareceres e suas emendas foram aprovados por 12 votos. Passou-se a leitura do PROJETO DE LEI Nº 51 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015. Colocado em discussão, Vereador Genésio, contou que sua emenda não fere a propositura do vereador Adriano Leonel que visa atender a demanda de Guarda dos Ferreiros no que diz respeito à implantação de um ponto de



moto táxi. Vereador Adriano esclareceu que sua emenda não prejudica a classe de moto taxistas de São Gotardo. Vereador José Luiz relatou que o projeto pretende resolver uma situação que é a regulamentação do trabalho dos mototaxistas, permitindo um melhor controle das atividades, facilitando inclusive o trabalho da classe. Destacou a participação efetiva dos vereadores Genésio e Adriano, no amadurecimento das discussões referidas ao projeto. Posto em votação, o projeto em análise foi aprovado por 12 votos. Na sequência passou-se a apreciação do **PROJETO DE LEI Nº** 55 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013 que "Dispõe sobre a organização dos serviços de Transporte Coletivo no município de São Gotardo, nos termos do Inciso V, do art. 30 da Constituição da República e artigo 15, incisos VI e XII da Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências." O senhor Presidente iniciou lembrando que o parecer emitido pela Comissão Especial acerca do projeto em estudo já foi apreciado e aprovado na 2º Reunião Ordinária ocorrida em 26 de fevereiro de 2015. Explicou que o pedido de vista solicitado pelo vereador Genésio Martins Neto foi feito após a apreciação do parecer e que, portanto o plenário passaria nesse momento a deliberar sobre o Projeto. Vereador José Luiz indagou se o autor do pedido de vista protocolou algum parecer, ou se vereador Genésio apresentaria suas impressões oralmente. Vereador Genésio pediu esclarecimentos sobre a votação dos pareceres. O senhor Presidente reiterou que o parecer já havia sido aprovado. Vereador Genésio solicitou cópia do parecer da Comissão Especial para esclarecer suas dúvidas. O senhor Presidente concluiu que vereador Genésio, embora tenha solicitado vista ao Projeto 55/2013, não o teria estudado. Vereador Odair Mussi solicitou ao senhor Presidente que o projeto fosse colocado em votação, argumentou que o prazo concedido ao pedido de vista já teria se esgotado e que não haveria mais possibilidade de postergar sua apreciação. O senhor Presidente solicitou à 1º Secretária que lesse a emenda trazida pelo parecer da Comissão Especial para auxiliar nas conclusões do vereador Genésio. Vereador José Luiz refletiu que a emenda busca tarifas justas aos usuários e que o projeto autoriza ao poder executivo fiscalizar e proporcionar um transporte coletivo de melhor qualidade. Vereador Genésio afirmou estar satisfeito com

> Telefone: (34) 3671 - 1718 Praça São Sebastião nº 45 - CEP 38800-000 www.camarasaogotardo.mg.gov.br



esclarecimentos e que já está pronto para votar o Projeto. Em votação, o projeto em estudo foi aprovado por 12 votos. Passou-se à apreciação do PROJETO DE LEI N° 080/2013 que "Estabelece e regulamenta o Estacionamento Rotativo Pago – Faixa Azul, nos logradouros do Município de São Gotardo MG e dá outras providências." Primeiramente foi lido o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que opina pela legalidade e constitucionalidade da matéria e pela aprovação do projeto. Na sequência foi lido o parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais que também opina pela aprovação da propositura. O senhor Presidente colocou os pareceres em votação, sendo os mesmos aprovados por 8 votos, 3 abstenções e 1 reprovação. Na ordem foi lido o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que opina pela reprovação do projeto em estudo. Foi lido ainda o voto em separado emitido pelo vereador Onofre Roberto de Oliveira, membro da Comissão de Fiscalização, Financeira e Orçamentária, opinando pela aprovação do Projeto 080/2013. O senhor Presidente colocou o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária em discussão. Vereador Ricardo Nunes parabenizou à comissão que rejeitou o projeto alegando que a cidade não possui estrutura para recebê-lo. Explicou que o município precisa adequar-se e que o Prefeito Municipal está ciente da infraestrutura necessária para implantação do projeto. Vereador Gilberto em questão de ordem argumentou que não vê motivo para a apreciação desse parecer, uma vez que os 2 (dois) primeiros pareceres já foram aprovados, prejudicando assim, em sua opinião, esse último em análise. O senhor Presidente alegou que esse último parecer, já votado, não foi aprovado, e como os primeiros receberam aprovação plenária o Projeto seria apreciado. Em votação, o parecer não foi aprovado, recebeu 4 votos por sua reprovação, 5 abstenções e 2 aprovações. Na sequência foi lido o **PROJETO DE LEI Nº 080/2013.** Em discussão, vereador Ricardo Nunes explicou que todos os recursos arrecadados através da Faixa Azul serão destinados às entidades do município. Vereador Marcilon disse que é contra a zona azul de São Gotardo pois é mais uma taxa a ser criada, citou a experiência de Patos de Minas, e completou que naquela cidade o projeto não foi levado adiante. Defendeu que o povo já esta



sobrecarregado de taxas a pagar. Em votação, o Projeto recebeu 1 voto por sua reprovação, 5 por sua aprovação e 6 abstenções, não sendo portanto aprovado por não ter alcançado o mínimo de 7 votos necessários, como preconiza o §2º do art. 201 do Regimento Interno. Na sequência passou-se a ANÁLISE, DISCUSSÃO E APRECIAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EXERCÍCIO 2013 DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO SEIJI EDUARDO SEKITA. Inicialmente foi lido o parecer da Comissão de Fiscalização, Financeira e Orçamentária, que opina pela aprovação das contas do exercício financeiro 2013. Em discussão, vereador Ricardo Nunes explicou que esteve em Belo Horizonte no Tribunal de Contas e na ocasião protocolou denúncia questionando a opinião do parecer prévio daquele tribunal. O senhor Presidente o interrompeu e alegou que o que estava sendo discutido era o parecer e não o projeto. Vereador Ricardo Nunes argumentou que sua fala remete ao parecer, ilustrou que o Tribunal de Contas opina pela aprovação e que não o aprova conforme traz a redação do parecer da Casa Legislativa. O senhor Presidente disse que a Câmara Municipal é soberana e é ela quem vai decidir. A 1ª secretária, vereadora Madalena, leu novamente o trecho de que trata o assunto em questão. Vereador Odair Mussi apontou no sentido de que há um relatório a ser analisado pela Câmara Municipal, resultado de uma auditoria contratada pela Casa Legislativa. Mencionou que todos os vereadores precisam estar cientes de que foram pagos, com dinheiro público, uma auditoria no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), completou que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais emitiu parecer antes de ter recebido a denúncia produzida com base no relatório dessa auditoria. Reiterou que há um documento que aponta erros na administração pública do poder executivo municipal da ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e opinou que a aprovação desse parecer pode complicar, pois há uma auditoria paga pela Câmara Municipal que aponta essa soma de irregularidades. Sugeriu que as questões fossem melhor estudadas e sem pressa, defendeu que ainda há o prazo para análise das contas do exercício financeiro de 2013. O senhor Presidente argumentou que a Câmara Municipal não recebeu nenhuma comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que

18)

Telefone: (34) 3671 - 1718 Praça São Sebastião nº 45 - CEP 38800-000 www.camarasaogotardo.mg.gov.br



orientasse a Casa Legislativa em outro sentido diferente do que aponta o parecer em estudo. Vereador Odair Mussi relatou que fez uma denúncia junto ao TCEMG, para que as contas do ano de 2013 fossem reanalisadas. O senhor Presidente indagou ao vereador Odair Mussi se ele protocolou um pedido na Câmara Municipal para que as contas não fossem analisadas pelos edis antes de nova manifestação do TCEMG? Vereador Odair Mussi respondeu negativamente a pergunta do senhor Presidente. Finalizou dizendo que respeitará a opinião de cada colega vereador. Vereador Adriano solicitou esclarecimentos quanto a afirmativa do vereador Ricardo Nunes de que o TCEMG não opina pela aprovação das contas. Vereador Ricardo Nunes indicou ao colega vereador o local onde se lê que o TCEMG apenas opina pela aprovação. Vereador Adriano fez leituras de trechos do parecer prévio emitido pelo TCEMG, que o levam a entender que a opinião daquele órgão é pela aprovação das contas do exercício financeiro de 2013. Depois da discussão o parecer foi posto em votação, o senhor Presidente proclamou que o parecer foi aprovado por 8 votos, e ainda 2 votos pela reprovação e 2 abstenções. Na sequência passou-se a VOTAÇÃO SECRETA das contas do exercício financeiro de 2013 DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO SEIJI EDUARDO SEKITA conforme artigo 244 do Regimento Interno. O senhor Presidente nomeou 2 escrutinadores, vereadora Maria Madalena Brasileiro Lopes Queiroz e vereador Célio Martins dos Reis, para entregarem a cédula, conduzirem a votação e fazerem a apuração dos votos. Os vereadores escrutinadores após conferirem a urna vazia, rubricaram as cédulas, as contaram e anunciaram que estavam em número equivalente ao de vereadores, portanto 13 cédulas. Na sequência os escrutinadores passaram à chamada nominal dos vereadores para que em escrutínio secreto emitissem seu voto. A ordem dos vereadores votantes, a saber: 1- Ricardo Nunes; 2- Genésio Martins Neto; 3- Odair Mussi. Vereador Mauri em questão de ordem pediu vista ao parecer sobre as contas do exercício financeiro de 2013. O senhor Presidente interrompeu a votação para colocar em apreciação do plenário o pedido de vista. Vereador José Luiz opinou que o pedido de vista deveria ter sido feito mais cedo e que a votação secreta já está em processo de votação. Vereador Mauri após as

6 Muite



alegações do vereador José Luiz optou por retirar seu pedido de vista. O senhor Presidente solicitou que a votação secreta tivesse continuidade. A vereadora escrutinadora Maria Madalena chamou à votação secreta o 4º (quarto) vereador, Mauri Ignácio de Morais Silva. Vereador Gilberto em questão de ordem trouxe a conhecimento do plenário uma discussão que acabara de ter com os vereadores José Luiz e Onofre acerca da opinião do vereador Odair Mussi de que as contas não deveriam ser votadas antes de ser apreciada pelo Tribunal de Contas a denúncia apresentada por ele. Argumentou que a presente votação baseia-se no parecer do TCEMG e por conseguinte nos documentos conhecidos até o momento de sua emissão. Ilustrou que a Câmara Municipal não tem poder de acrescentar razões ao parecer do Tribunal de Contas e que a votação secreta é sobre o momento relatado. Mencionou que caso seja acatada elementos da denúncia apresentada pelos vereadores, o TCEMG possui a faculdade de representar ao Ministério Público, para que as medidas cabíveis sejam tomadas. Continuou dizendo que o que se analisa são as informações contábeis enviados pelo Executivo Municipal e os percentuais gastos com saúde e educação. Não se está votando nada que consta no relatório da auditoria. Opinou que o assunto deve ser separado. Vereador José Luiz falou da pertinência da colocação do vereador Gilberto, disse ainda que caso o vereador Odair Mussi tivesse trazido a conhecimento do plenário, através de protocolo, a denúncia feita ao TCEMG, os edis deveriam sim analisá-la antes da presente votação secreta. Expressou que durante o período em que se está avaliando a matéria se ocorrer fato novo e fundamentado este deve ser apreciado. Vereador Ricardo Nunes solicitou ao departamento jurídico da Câmara Municipal que emitisse opinião sobre o fato de que, em razão de pedido de vista concedido no ano anterior, o relatório da auditoria ainda não foi votado. Vereador Genésio explicou que durante sua presidência a auditoria foi realizada, e que houve a concessão de prazo a vereador que solicitou vistas ao parecer e que fez sua tarefa. O senhor Presidente apontou que no ano citado pelo vereador Ricardo Nunes, ele próprio era o 1º secretário, podendo ter decidido junto à mesa diretora do ano de 2014 a votar o relatório da auditoria. Citou que o relatório já foi encaminhado ao

> Telefone: (34) 3671 - 1718 Praça São Sebastião nº 45 - CEP 38800-000 www.camarasaogotardo.mg.gov.br



Ministério Público. Vereador Ricardo Nunes indagou se a Câmara delegaria ao Ministério Público parte de seu papel. O senhor Presidente disse que em razão da prerrogativa do cargo, o vereador Ricardo Nunes, baseado no relatório e caso ache pertinente pode entrar com pedido de cassação do Prefeito Seiji Sekita. Vereador Ricardo Nunes reiterou sua opinião de que o relatório deveria ser votado. O senhor Presidente solicitou ao vereador Ricardo Nunes que consultasse as atas do ano anterior para saber se em 2014 houve tempo hábil para apreciação da matéria em discussão. Vereador Odair Mussi esclareceu que não fez denúncia ao TCEMG, mas que informou ao órgão sobre o relatório da auditoria para que pudessem com isso rever o parecer prévio já emitido. Lembrou que foram 2 pedidos de vistas, referentes ao documento em discussão, concedidos aos vereadores. Opinou que a atitude coerente da Casa Leaislativa seria a de remeter ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais o parecer para que o órgão o reconsiderasse diante as novas informações. Apontou que a Câmara Municipal já teria cometido erro no passado sobre a análise da prestação de contas de um dos anos de responsabilidade do ex-prefeito Edson Cezário de Oliveira que teria usado dinheiro da iluminação pública para pagamento de tapa buracos. Sugeriu que as contas de 2009 e de 2012 também fossem remetidas ao TCEMG para nova análise. Disse que a discussão das contas se deu na presente data e opinou que os vereadores não tiveram tempo de analisar nenhum dos pareceres sobre as contas de 2013 e 2009. Falou que é contra o voto secreto e que votou pela reprovação das contas de Seiji Sekita, referente ao ano de 2013. Vereador Gilberto disse que seu voto também é aberto e que não está votando contra ou a favor de Sekita. Que aprecia o parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, lembrou que a Casa Legislativa já recebeu cópia desse parecer já há mais de 30 dias. Mencionou que crimes de responsabilidade são julgados pelo Ministério Público, e que este último já tem em suas mãos o relatório da tão citada auditoria já há 6 meses. Esclareceu que o questionamento da votação do relatório da auditoria é mera formalidade, uma vez que sua aprovação culminaria em seu envio ao Ministério Público, o que já foi feito há muito tempo. Disse ainda que a Câmara Municipal já tornou pública a

> Telefone: (34) 3671 - 1718 Praça São Sebastião nº 45 - CEP 38800-000 www.camarasaogotardo.mg.gov.br

W.



discussão, bastando para isso conferir os vídeos das Reuniões ocorridas, atas e programas veiculados pela SGTV. Falou que cada vereador é livre e representa uma parcela da comunidade. O senhor Presidente anulou a votação, explicou que houve precipitação ao discutir o parecer durante a votação secreta e que houve vereador verbalizando seu voto que deveria seguir o rito previsto no regimento interno e portanto ser secreto. Vereador Odair Mussi solicitou vista à Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal, exercício financeiro 2013. O senhor Presidente colocou o pedido de vista em votação, sendo aprovado por 9 votos e 3 reprovações. O senhor Presidente marcou para segunda feira, dia 16 de março de 2015, reunião extraordinária para votação das contas do exercício financeiro de 2013. Mostrou que o art. 134 do Regimento Interno explica que a qualquer vereador pode ser concedido vista pelo prazo de 2 dias. Passou-se a ANÁLISE, DISCUSSÃO E APRECIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EXERCÍCIO 2009 DE RESPONSABILIDADE DO EX-PREFEITO EDSON CEZÁRIO DE OLIVEIRA. Vereador Mauri solicitou vista a prestação de contas do exercício financeiro de 2009. O senhor Presidente colocou o pedido em votação, sendo que este obteve aprovação plenária por 9 votos e 3 abstenções. Informou ao interessado que de acordo com o art. 134 do Regimento Interno possui 2 dias para análise da matéria em questão. Continuou explicando que as contas do Poder Executivo Municipal, exercício financeiro de 2009, serão votadas na Reunião Extraordinária do dia 16/03/2015 e que na ocasião também será apreciado o Projeto de Lei nº 010/2015. Na sequência passou-se a APRESENTAÇÃO, APRECIAÇÃO DE VOTAÇÃO DA INDICAÇÃO- 01/2015, de autoria do vereador Ricardo Nunes que sugere ao senhor Prefeito que seja revisto e atualizado com urgência o plano de cargos e vencimentos do Magistério. Após apreciação, a indicação foi posta em votação sendo aprovada por 12 votos. Na ordem passou-se a APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTOS de nos 03/2015 ao 05/2015. Requerimento 03/2015, de autoria do vereador Ricardo Nunes, solicitando ao Poder Executivo Municipal ou órgão competente: Quais foram os valores efetivamente aplicados na educação nos anos de 2013 a 2014; Destes valores, quais montantes

9



gastos com pessoal, merenda escolar, transporte, materiais e outros; Relação de todos os funcionários da educação, especificando cargo ou função, local de trabalho e vencimentos mensais nos anos de 2013 e 2014; Demonstre detalhadamente a destinação de recursos do FUNDEB em 2013 e 2014, com ênfase na utilização dos 60% destinados ao pagamento de professores. Vereador José Luiz opinou que concorda com partes do requerimento, mas que discorda com a publicação dos valores individuais de ganhos de cada professor. O senhor Presidente encaminhou o requerimento para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para análise e emissão de parecer. Requerimento 04/2015, de autoria do cidadão Luiz Cláudio Diniz Melgaço e Silva que solicita à Câmara Municipal: informação clara e precisa acerca do quadro de servidores, abrangendo especificamente os: servidores efetivos (de carreira); servidores comissionados; servidores em função de confiança; juntamente com os nomes dos ocupantes dos respectivos cargos e suas respectivas remunerações (salário + gratificações). O senhor Presidente o encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Requerimento 05/2015, de autoria da Associação dos Moradores da Agrovila, solicitando em resumo Intermédio da Câmara Municipal para intervenção nos problemas referentes à invasão em áreas de preservação permanente da Agrovila. O senhor Presidente encaminhou o requerimento para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para análise e emissão de parecer. Na sequência o senhor Presidente comunicou que o pedido de providência 09/2015 seria retirado de pauta. Após, a 1º secretária, vereadora Maria Madalena passou a leitura de lembretes do Gabinete da Presidência. informando que a Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher ocorreria dia 19 de março de 2015 no Plenário José Alves de Oliveira. Passou-se a PALAVRA LIVRE à inscrita Ana Maria Guimarães Gaudioso. O senhor Presidente informou que o prazo regimental para uso da palavra livre é de 10 minutos e que seria rigorosamente cumprido. Ana Maria Guimarães Gaudioso iniciou cumprimentando a todos, disse não estar na tribuna para agressões e sim em nome do amor e da paz. Relatou que leria seus apontamentos, aos quais chamou de inspiração. Em resumo mencionou que "a mensagem, para conter verdade, tem que vir do

> Telefone: (34) 3671 - 1718 Praça São Sebastião nº 45 - CEP 38800-000 www.camarasaogotardo.mg.gov.br



Senhor Jesus Cristo...". Pediu a todos que ouvissem com o coração. Refletiu que os seres humanos estão em evolução e que embora hajam erros também existem acertos e há quem se preocupe verdadeiramente para além de si e de seu círculo familiar. Falou sobre a responsabilidade social de quem exerce um mandato político, e que "o cargo político é o trabalho mais evangélico que alguém pode ter, e que o agente político tem o poder de mudar a situação que seja desfavorável a comunidade." Indicou que o centro de sua fala seria "a exortação amorosa, no sentido de nossas obrigações morais com o Criador e, conseqüentemente, com o próximo." Mencionou que a publicidade dos atos públicos é um princípio constitucional que deve ser observado, pediu transparência nessas ações. Disse que somente as decisões de cunho administrativo caberiam à Mesa Diretora. Opinou que os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade são os mais esquecidos na prática e que a preocupação maior reside na preservação do princípio da legalidade dos atos. Disse que para quem está seguindo o bem maior e o bem comum a lei não dá brechas para diversas interpretações. Refletiu que "quando não se aprende por amor, aprende-se pela dor." Finalizou dizendo que se sentiu compelida a passar essa mensagem pois "o Pai usa de seus filhos para a implantação de seu Reino." Disse que seu maior receio é deixar de fazer o bem, concluiu dizendo que no passado ela não era como agora. Terminou agradecendo a todos. O senhor Presidente a cumprimentou e deixou a palavra livre aos vereadores. Vereador Onofre pediu aos membros da Comissão Especial para Revisão da Lei Orgânica: Vereadora Madalena, Vereadores Gilberto, Ricardo Nunes, Odair Mussi e Adriano que agendassem reunião para discutirem juntos as emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orgânica Municipal. Solicitou também que os vereadores que ainda queiram apresentar emendas ao projeto que assim o façam. Vereadora Madalena sugeriu o mesmo horário das reuniões anteriores, portanto às 14h00min. Vereador Onofre indagou a cada um dos membros se a Reunião da Comissão poderia ocorrer terça-feira, dia 17/03/2015 às 14h00min, todos concordaram. Solicitou também a presença do assessor parlamentar Dr. Alderico. Vereador Adriano sugeriu que a definição da data para essa reunião fosse marcada na segunda após cada um dos

11



vereadores verem sua disponibilidade, o que foi acatado pelos membros da comissão, perdendo assim o efeito do primeiro agendamento aprovado. Vereador Célio pediu ao senhor Presidente autorização para fazer um pedido de providência oral. Em questão de ordem, o Presidente Valdivino solicitou ao vereador Célio que seguisse os trâmites legais e protocolasse o pedido de providência junto à secretaria. Vereador Célio concordou e na sequência parabenizou a servidora Ana Maria pelas palavras proferidas no uso da palavra livre. Vereador Odair Mussi agradeceu a servidora pelas palavras e disse que foi um dos discursos mais bonitos que já ouviu. Solicitou uma cópia de seu pronunciamento como recordação. Vereador Gilberto cumprimentou Ana Maria pelas tocantes palavras. Deixou de público um pedido para que o Prefeito Municipal informasse à Casa Legislativa sobre quais as mudanças previstas para o setor de saúde e os motivos para elas. Teceu alguns comentários sobre o trabalho dos parlamentares. Relatou que os vereadores investigaram denúncias de maus tratos praticados por um assessor extra-oficial do Prefeito Municipal, o senhor Manoel Bibiano; destacou que na ocasião a Mesa Diretora apoiou esses trabalhos. Contou que logo em seguida, uma comissão parlamentar de inquérito, também apurou possíveis pagamentos feitos por funcionários públicos na contratação da referida consultoria do senhor Manoel Bibiano. Lembrou que também foi feita uma auditoria nas contas relativas à saúde, motivada pela constatação de que 31% dos recursos públicos municipais haviam sido gastos naquele setor, mencionou que o limite constitucional é de 15%. Falou de seu descontentamento quando ouve comentários, até de membros da Casa Legislativa, de que os parlamentares são ou foram omissos. Afirmou que a Câmara Municipal exerceu seu papel e que os resultados dessas investigações foram remetidos ao Ministério Público. Mencionou que a imprensa da cidade noticiou largamente os fatos relatados. Defendeu que a harmonia deve ser restabelecida na Casa Legislativa e que a conduta de cada parlamentar deve ser respeitada e que quem julga é a população. Disse ainda que ninguém cresce denegrindo a imagem de colegas. Vereador Odair Mussi sugeriu que se fizesse uma enquete com a população de São Gotardo para saber a opinião do povo sobre o trabalho do parlamentar.



O senhor Presidente sugeriu que o vereador fizesse um requerimento escrito com sua sugestão. Vereador Onofre reiterou o pedido do vereador Gilberto para que a Secretária de Saúde, o Diretor Clínico do Hospital e o Administrador do Hospital viessem à Câmara Municipal esclarecer as dúvidas dos vereadores e da população. Parabenizou a servidora Ana Maria pelas palavras. O senhor Presidente explicou que o requerimento deve ser feito formalmente e por escrito pelo vereador para que na sequência possa ser apreciado pelo plenário. Vereador Onofre solicitou ao departamento jurídico da Casa Legislativa que deixasse o requerimento pronto. Indagado sobre se queria convocar ou convidar esses assessores da área da saúde, respondeu que desejaria fazer inicialmente um convite. Vereador José Luiz cumprimentou a servidora Ana Maria pelas palavras. Cumprimentou ao vereador Gilberto pelas colocações. Disse que há pessoas que acreditam que denegrir o outro é a melhor forma de crescer na política, mas que as coisas não são assim. Opinou que quem quer permanecer na política não deveria agir dessa forma. Falou que as pessoas têm mania de achar que sua casa não está boa. Pediu que todos refletissem sobre a situação de outras cidades, citou que mesmo diante problemas o atual prefeito teria conseguido pavimentar diversas ruas, arrumar estradas rurais, melhorar o maquinário da prefeitura, reajustar o salário dos funcionários públicos já no primeiro ano de mandato. Mencionou que o Córrego Confusão, obra do ex-prefeito, hoje vereador Gilberto, somente nesse mandato teria recebido investimentos, tendo passado por várias administrações abandonado. Citou também a construção de Postos de Saúde em vários bairros. Opinou que o país passa por dificuldades e que isso reflete também no município. Defendeu que embora as eleições municipais se aproximem, que a campanha não comece antes da hora, e que seja cada um eleito por seu próprio mérito, sem denegrir a imagem de outras pessoas. Explicou que se vota na Câmara Municipal a favor da cidade e do povo e que todos os vereadores pretendem fazer a cidade funcionar bem. Sobre a internet, opinou que os usuários precisam pesquisar em fontes fidedignas, pois haveriam muitas inverdades em sites que discorrem sobre notícias da cidade com a finalidade de fazer alguns nomes crescerem politicamente

B)





em cima de manchar a imagem de outras pessoas. Reforçou que na Câmara Municipal existem 13 representantes do povo e que os vereadores estão ali para fazer o que é importante para o povo. Disse que as diferenças de pensamento fazem parte da democracia. Dirigindo-se ao senhor Presidente, reiterou que a classe política passa por um momento de crise e que como existem maus médicos, professores, trabalhadores rurais, também existem maus políticos como também há aqueles que são bem intencionados e afirmou que na Casa Legislativa só vê esses últimos. Reforçou a idéia de que não dá para generalizar e dizer que todos os brasileiros são corruptos. Disse à Ana Maria que dentro da Câmara Municipal existem 13 pessoas que em momento algum buscam desordem. Vereadora Madalena cumprimentou vereador José Luiz por suas palavras e fez das dele suas palavras. Parabenizou também a Ana Maria pelo pronunciamento, desejou que o que foi dito seja vivenciado por todos. Vereador Ricardo Nunes disse saber que as palavras lhe foram dirigidas em razão de material que teria divulgado na cidade. Falou que ainda não sabe se será candidato na próxima eleição, nem se quer continuar na Casa Legislativa ou em qualquer outro cargo público, em razão das dificuldades que vem encontrando. Refletiu que boa parte do que foi dito pela servidora Ana Maria não é colocado em prática. Mencionou a preocupação com o bem estar da população, com a segurança, com a saúde e demais problemas. Explicou que antes de publicar o referido material, teve oportunidade de conversar com o vereador José Geraldo e com o vereador Célio. Citou que contou a eles que no final de semana anterior teria sido procurado por três pessoas que passaram ou passam por sérias dificuldades na área da saúde, por falta de atendimento, por falta de acolhida e que lhe falaram coisas que se fossem repetidas tomariam de 1 a 2 horas apenas para retratar a realidade da cidade. Disse que os fatos estão na rua para todos verem e que são de conhecimento público. Falou que não tem a intenção de denegrir ou destruir a imagem de ninguém. Afirmou que se preocupa primeiramente com sua própria consciência. Sobre o que escreveu, disse que pensou e refletiu bastante e que não retira o que colocou no texto. Explicou que fez parte da Comissão que investigou os maus tratos a funcionários da área da saúde,

> Telefone: (34) 3671 - 1718 Praça São Sebastião nº 45 - CEP 38800-000 www.camarasaogotardo.mg.gov.br

JAN JOHN





contou que visitou todos os PSFs em um trabalho que durou cerca de 3 meses e meio e que no final o relatório produzido foi reprovado na Câmara Municipal. Falou que a CPI realizada contou com a assinatura de 12 vereadores e que a denúncia de contratação indevida de uma pessoa foi comprovada e no final reiterou que o relatório foi reprovado. Sobre a auditoria nas contas da saúde do Executivo Municipal, disse que se o contador fez seu trabalho errado ele deve ser penalizado por isso, entretanto explicitou que o relatório aponta fraudes e irregularidades na movimentação de quase R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Opinou não ser conveniente comparar a realidade de São Gotardo na área da saúde com a de outras cidades em piores condições. Encerrou indagando, em suas palavras: Perante Deus eu tenho a consciência trangüila, fazendo o melhor que eu posso para servir ao povo? Pois é para isso que serve o cargo que nos foi confiado, para servir ao povo, para buscar soluções aos problemas que o povo está enfrentando e não esquecendo jamais que nós somos o povo, e que um dia de uma forma ou de outra todas as consegüências do que estamos vivendo vão recair sobre nós ou sobre alguém de nossa família. Deixou esse desabafo e disse que se sente mal perante à sociedade, pois tem a certeza de que os políticos poderiam fazer muito mais do que estão fazendo. Vereador Gilberto dirigindo-se ao vereador Odair Mussi, disse que a enquete pedida por ele já teria sido feita e que procurará saber do resultado e o trará ao conhecimento dos colegas. Vereador Odair Mussi disse que gostaria que essa enquete fosse feita através da rádio e ao vivo. Completou que é apenas uma sugestão. Vereador Ricardo Nunes indagou se não seria o caso da Câmara Municipal abrir uma ouvidoria, para saber dentre outras coisas qual a avaliação da população sobre o trabalho dos vereadores. O senhor Presidente disse que a idéia é muito boa e que a estudará. Continuou falando de sua felicidade em presidir a Casa Legislativa, disse que colocou muitos projetos em votação que estavam parados desde o ano de 2013 e 2014. Esclareceu que em sua gestão todos os projetos serão apreciados e que o trabalho dos vereadores é sério, claro e transparente. Disse que desde 03 de setembro tramitava na Casa Legislativa o Projeto que regulamenta o serviço de moto-táxi, falou de sua satisfação em

AND TO







aprová-lo na presente sessão plenária. Citou o vereador Genésio Martins Neto como representante da classe dos mototaxistas e o parabenizou pelo trabalho desempenhado em prol do setor. Mencionou outro projeto também aprovado na presente reunião, que tramitava desde 18 de setembro de 2013 e que organiza o serviço de transporte coletivo do município. Apontou o Projeto da Faixa Azul, também votado nesta sessão. Sobre documentos solicitados à Câmara Municipal, explicou que respeitados os trâmites legais, eles serão entregues; citou requerimentos dos senhores Fábio Faria e Tarcísio de Melo deferidos em seu mandato. Falou da transparência de seu trabalho. Anunciou que em breve os documentos que devem ser públicos estarão disponíveis no site da Câmara Municipal, no Portal da Transparência. Falou que é comerciante em São Gotardo desde 1983 e que pretende fazer um trabalho limpo e transparente. Reforçou que em seu mandato nada ficará engavetado, que exercerá sua função de vereador preocupado em consertar as coisas erradas. Após, nada mais havendo, o senhor Presidente encerrou a Reunião. Do que para constar, eu, Maria Madalena Brasileiro Lopes Queiroz, 1° (Primeira) Secretária, lavrei a presente ata que lida se achada de acordo vai assinada pela Mesa Diretora. (Nada mais)

VALDIVINO HONORATO DE OLIVEIRA

Presidente

CÉLIO MARTINS DOS REIS

Vice-Presidente

A SOUTH

16

-30



MARIA MADALENA BRASILEIRO LOPES QUEIROZ

1º Secretária

MAURI IGNÁCIO DE MORAIS SILVA 2º Secretário •